O CAMINHO DAS PEDRAS: ANOTAÇÕES SOBRE A CANTARIA DO RECIFE OITOCENTISTA (1837–1846)

Lécio Cordeiro[1]
José Renê Câmara Júnior[2]

Resumo: Cantaria é a arte de lavrar pedras com vista à estruturação e ornamentação das fachadas e elementos internos de edificações. Uma das mais antigas técnicas de construção, é utilizada por diversas civilizações desde a Pré-História e foi introduzida em Pernambuco no início da dominação Portuguesa. A historiografia registra que os primeiros artífices canteiros, ou cantéis, chegaram à capitania em 1534, trazidos por Duarte Coelho. A partir daí a pedra lavrada marcou materialmente construções erguidas nas vilas da capitania. Inicialmente, a pedra utilizada foi o calcário, mas diversos fatos contribuíram para a passagem (do século XVI para o XIX) da pedra calcária para a arenítica e desta para o lioz importado, considerado nobre e de superior qualidade. Uma breve análise desses dados a partir do *Diario de Pernambuco* e do *Diario Novo* indica que a importação de pedras era uma prática econômica e política de membros da elite pernambucana e que o ofício teve seu apogeu e declínio no Recife entre os anos de 1837 (início da presidência de Francisco do Rego Barros, quando o mercado da construção ascendeu vertiginosamente) e 1846, quando uma acalorada discussão na Assembleia Provincial evidenciou o declínio do ofício e um entrave nas importações de pedras.

PALAVRAS-CHAVE: Recife Oitocentista. Cantaria. Artífices mecânicos.

INTRODUÇÃO

Por muitos anos a historiografia referente à América Portuguesa e ao Império do Brasil tratou os ofícios mecânicos e seus atores como um todo. De fato, apenas recentemente vimos aumentar o número de trabalhos que investigam esse tema. Foi uma quebra de paradigma. Se, antes, a historiografia havia focado a análise nos feitos dos "grandes homens"[3] (SHARPE, 1992), no final do século XX "o jogo de escalas proposto pela micro-história passou a ser um ponto crucial do debate sobre a sua capacidade de renovar os métodos e os objetos de investigação da história" (LIMA, 2012, p. 219). Em outras palavras, novas abordagens e métodos revelaram verdadeira

[1] Graduado em Letras pela UFPE e mestrando em História (Unicap).
[2] Graduado em pedagogia pela UFPE e mestrando em História (Unicap).
[3] Sharpe assinala que essa perspectiva focava, sobretudo, no processo de acumulação de riqueza, no poder e na história política institucional.

fonte temática, abrindo espaço para a história microssocial do cotidiano, isto é, a história vista de baixo para cima.

Nessa perspectiva, diversos estudos, como Acioli (2008), Araújo (2003), Cord (2005, 2009, 2012 e 2013), Barbosa (2015), Silva (2001), Silva (2010, 2018), entre outros, dedicaram-se a compreender a organização profissional e a valoração social dos trabalhadores manuais na América Portuguesa e no Império do Brasil. Conforme seus objetivos, cada um deles contribuiu com informações relevantes a respeito dos oficiais mecânicos em Pernambuco desde o século XVI. No entanto, todos eles tangenciaram (ou ignoraram) a participação dos oficiais canteiros, envolvendo-os todos sob a designação genérica de *oficiais mecânicos*, sobretudo porque, ao que parece, havia poucos canteiros em atividade na província já no Oitocentos. Para isso, basta verificar o levantamento feito por Acioli (2008): dos 1.534 profissionais identificados em sua pesquisa, apenas 18 eram canteiros, quase todos em atividade no Oitocentos. Na comparação com os pedreiros e os carpinteiros em atividade nessa centúria, os canteiros estavam em menor número, pois o mesmo estudo identificou 260 e 276 profissionais atuando nesses ofícios, respectivamente. Nessa perspectiva, a análise serial dos registros de importação publicados no *Diario de Pernambuco* e no *Diario Novo* na primeira metade do Oitocentos revela um dado de grande relevância para a compreensão do ofício: uma intensa movimentação de pedras de cantaria lavrada na Alfândega do Recife, sobretudo a partir do final de 1839. O objetivo deste trabalho é, portanto, refletir sobre o impacto dessas importações para o ofício da cantaria no final da primeira metade do século XIX.

O OFÍCIO DA CANTARIA

O *Diccionario da Lingua Portugueza* composto pelo padre D. Rafael Bluteau, publicado em Lisboa no final do Setecentos, registra o verbete *canteiro* como o "oficial que lavra pedras de cantaria", isto é, "a pedra lavrada regularmente para edifício nobre" (1789, p. 227). O emprego do adjetivo *nobre* pelo lexicógrafo chama a atenção. Na mesma obra, tal verbete remete o consulente ao que é distinto, conforme a lei, "dos

populares e plebeus, ou mecânicos" (p. 116). O emprego da vírgula sugere certa equivalência entre os substantivos *plebeus* e *mecânicos*. De fato, Bluteau define *plebe* como "povo miúdo, a gentalha" (p. 208), e *mecânico* como "não nobre" (p. 66). Ainda neste último verbete, o padre consagra a oposição entre *artes mecânicas* e *liberais*: "artes mecânicas, opostas às liberais, são todas as de manufaturas; de sapataria, alfaiates, chapeleiros, carpinteiros, etc. todas as que se não aprendem por princípios científicos". A cantaria se inclui nesse grupo de manufaturas, legando aos seus oficiais o estigma do defeito mecânico.

O nome *cantaria* vem do latim *canthus*, com o sentido de "aresta". Como Bluteau apontou, refere-se à arte de lavrar ou aparelhar a pedra, utilizando-a para estruturação e ornamentação das fachadas e elementos internos de edificações. Considerada uma das mais antigas técnicas de construção, a cantaria é utilizada por diversas civilizações desde a Pré-História (ARAÚJO, 2003). Como referência, destacam-se os egípcios, os gregos, os romanos e árabes. As técnicas que estas civilizações legaram à humanidade merecem especial atenção, não apenas com relação aos aspectos construtivos, mas aos estéticos e formais, porque foram técnicas que influenciaram movimentos culturais ao longo do tempo, como o Renascimento[4], até o final do século XIX.

As pedras de cantaria estão na base da construção de alvenarias, colunas, capitéis, cunhais, arcos, cercaduras para marcação de aberturas de portas e janelas, construção de pórticos, pisos e esculturas, cimalhas, cachorros, escadas e degraus, pias, lavabos e fontes, elementos essenciais para o conhecimento do sistema estrutural e ornamental das construções mais antigas (ARAÚJO, 2003).

A influência da arte e da técnica de cantear, no decorrer dos séculos, legou um patrimônio edificado de valor inestimável para a humanidade, fonte documental que serve a diversas áreas do conhecimento, sobretudo a História e a Arquitetura

[4] Segundo Llera (2006), na Idade Média, o território da Lombardia (Itália) se tornou famoso por ter canteiros que se deslocavam em grupos itinerantes a serviço das ordens religiosas, construindo igrejas e catedrais em diversos locais, sempre divulgando a tradição do saber-fazer e, em muitos casos, dando origem a variações formais e estilísticas.

(CAVALCANTI, 2011). Por ser o material que mais resiste ao tempo, entre aqueles empregados na construção, a pedra carrega o valor simbólico de "permanecer para sempre" (LLERA, 2006).

O OFÍCIO DA CANTARIA EM PERNAMBUCO

A técnica difundiu-se por diversas partes do mundo e chegou à Capitania de Pernambuco por intermédio dos portugueses já no século XVI. A historiografia registra que os primeiros mestres artífices dos ofícios envolvidos na construção chegaram à capitania em 1534, trazidos pelo primeiro donatário, Duarte Coelho.

> Entre os primeiros mestres de ofício estavam os carpinas-marceneiros e os ferreiros, que eram membros cativos das tripulações de manutenção das naus que cruzavam o Atlântico rumo às Américas, devido às suas habilidades. Também, é provável que mestres oleiros, alvanéis e canteiros tenham feito parte das primeiras levas de colonizadores, porquanto já havia um mínimo de conhecimento prévio das características do solo e da riqueza florestal das terras além-mar (TINOCO, 2012, p. 19).

Vários fatores determinam as características construtivas locais, como a disponibilidade de materiais na natureza e particularidades socioculturais, político-religiosas, geológicas e climáticas. Esses fatores marcam, portanto, as diferenças entre o patrimônio construído nos diferentes estados brasileiros, como Bahia, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraíba e Rio Grande do Sul. Assim, no litoral da Capitania de Pernambuco o solo argiloso e plástico, a enorme variedade de madeiras e a disponibilidade de rochas macias para a lavra, como o calcário e o arenito[5], determinaram em boa medida os principais materiais utilizados para a construção. Segundo Tinoco, a arquitetura que se desenvolveu na capitania "foi próxima e íntima

[5] O calcário é uma rocha sedimentar rica em cálcio. Apresenta cor amarelada e fácil entalhe. Também de origem sedimentar, o arenito pode ser encontrado nas cores bege, cinza-claro e rosa-claro. É mais resistente ao entalhe que o calcário. O conhecimento acerca desses fatores é grande relevância para os restauradores, pois possibilita uma melhor compreensão das patologias mais comuns que acometem essas rochas quando utilizadas nas edificações (ALMEIDA, 2005).

aos portugueses, ou seja, alvenarias de tijolos e pedras, com estruturas e componentes de madeira, rebocadas com argamassas de cal e areia para as principais construções religiosas, militares e civis" (2012, p. 20). Já nas habitações mais pobres, normalmente constituídas de apenas um cômodo e quase nenhuma mobília, utilizava-se a taipa, isto é, paredes erguidas por uma trama com esteios e varas de varas da vegetação de mangue, fixadas por cipós, com enxertos de mistura massapê (lama de barro). O telhado era comumente de sapé. Essas características construtivas foram observadas por exemplo, em diversas passagens das *Notas Dominicais* de L. F. de Tollenare (1978).

O ofício da cantaria foi privilegiado nos primeiros séculos da Capitania de Pernambuco, tendo marcado materialmente construções erguidas nas vilas de Olinda, Igarassu, Goiana e, posteriormente, o Recife (ARAÚJO, 2009).

> É provável que as obras de pedra que se fizeram na vizinha Capitania da Paraíba no século XVII, tenham contado com a participação de canteiros egressos de Pernambuco. Afinal, esses mestres de ofícios, como outros, eram andarilhos sempre em busca de trabalho onde pudessem armar suas tendas (TINOCO, 2012, p. 20).

Em Olinda, particularmente, observa-se a prevalência do calcário logo nos primeiros tempos da colônia, utilizada tanto nas alvenarias como nas cercaduras de vãos, cunhais e ornamentação. Os tijolos e a madeira, como materiais empregados nas estruturas de paredes, foram mais comuns no meio rural, atestados, por exemplo, pelas gravuras de Frans Post e Zacharias Wagner e pelas notas de Tollenare.

Ao analisar a trajetória dos ofícios da construção nas vilas de Olinda e do Recife, Tinoco (2012) ressalta três fatos importantes quanto ao uso das pedras utilizadas em cunhais e vãos de portas e janelas (vergas, ombreiras e soleiras). O primeiro, ocorrido no início do século XVII, diz respeito à proibição da extração do calcário pelos cavoqueiros no sítio dos Jesuítas, localizado na colina ao Norte da vila, em função de já haver fissuras numa das alas do Colégio. O segundo fato se refere à taxação exorbitante,

pelos holandeses, para retirada do arenito dos arrecifes[6]. Por fim, o terceiro fato que impactou de forma direta na utilização da pedra de cantaria na Capitania foi a proibição por decreto da extração das pedras dos arrecifes do porto no século XVIII. Decorre daí, portanto, a intensificação do volume de importações de pedra na primeira metade do XIX, apesar da taxação de 50% de imposto a ser pago ao Governo Imperial.

O estudo dos registros de importação pela Alfândega publicados no *Diario de Pernambuco* entre os anos de 1830 e 1849 é bastante significativo para mapear a ascensão e o declínio da utilização da pedra de cantaria portuguesa nas construções pernambucanas da primeira metade do século. Para se ter uma ideia, no período de janeiro de 1830 a setembro de 1839, a alfândega registra 22 cargas de pedras de cantaria oriundas de Portugal, somando 843 pedras[7]. No entanto, no final de 1839, com a Lei de Regularidade e Aformoseamento da Cidade do Recife, promulgada em 31 de outubro de 1839, a Alfândega passou a registrar uma importação de pedras mais intensa, certamente consequência do artigo primeiro das *Posturas Adicionais*, que, entre outras disposições, determinou que "as frentes das cazas serão guarnecidas de cordão na altura das soleiras, e tanto estas, como o cordão, vergas, e ombreiras, serão de pedra de cantaria"[8]. Tal lei vinha na esteira das aspirações modernizadoras ventiladas pelo presidente da província, Francisco do Rego Barros (1837–1844), que tencionava dar ares europeus à capital da província.

Nesse sentido, nos primeiros anos posteriores à promulgação da Lei verifica-se um volume de importação de pedras mais significativo que nos anos anteriores, a maior parte delas pedra lioz[9], todas oriundas de Lisboa. A análise das declarações feitas à Alfândega e publicadas no *Diario de Pernambuco* e no *Diario Novo*

[6] Segundo Tinoco, a intenção dos holandeses era "forçar o desmonte e retirada de pedras das casas abandonadas de Olinda, pois, afinal, a possível ocupação da antiga vila era uma ameaça aos invasores" (2012, p. 23).
[7] Foram excluídas desse total a carga de três importações cuja quantidade de pedras não foi informada pela Alfândega. Essas cargas foram declaradas nas edições do *Diario de Pernambuco* dos dias 10 de setembro de 1832, 4 de janeiro de 1836, e 23 de agosto de 1839. Essas edições, como as demais, estão disponibilizadas em http://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/.
[8] Para consultar a lei, conferir a edição de 31 de outubro de 1839 do *Diario de Pernambuco.*
[9] O lioz é uma rocha metamórfica de dureza mediana muito comum em Portugal e bastante utilizada nas cantarias de Pernambuco (ALMEIDA, 2005).

mostrou que, de 5 de novembro de 1839 a 12 de dezembro de 1849 foram registradas oficialmente 68 cargas, totalizando 4.519 pedras. Esses anos foram marcados, também, pela frequência com que se oferecia pedras de cantaria nos anúncios de venda publicados nos jornais. As pedras, então, tinham grande valor comercial, sendo ofertadas comumente como valor agregado aos imóveis, como se pode verificar nos anúncios a seguir, encontrados no *Diario de Pernambuco*.

> "Uma porção de cantaria do paiz, parte lavrada, e parte em bruto; a fallar com a comissão das obras da Igreja Matriz da Boa Vista" (DP, 1 de agosto de 1840).
>
> "Sette sacadas e 3 portadas de pedra de cantaria de Lisboa; na rua das Cruzes Decima 9" (DP, 17 de setembro de 1840).
>
> "Cantaria da terra de muito boa qualidade, e já lavrada; a tratar com o Juiz, Escrivão e Thesoureiro da Irmandade do S Sacramento da Boa Vista" (DP, 25 de setembro de 1840).
>
> "A Irmandade da Matriz da Boavista, vende boa cantaria da terra, assim lavrada como bruta; caibros, traveções, e cordas para andaime, por menos preço do que em qualquer outra parte. A fallar com a Comissão das obras da mesma Matriz, ou com o Brigadeiro Aleixo Joze de Oliveira" (DP, 19 de abril de 1841).

Como se pode ver, era importante a distinção entre as pedras de cantaria de Lisboa e as da terra (do país), sendo aquelas aparentemente mais valorizadas. Nesse contexto, é importante notar, também, que, sendo valorizadas comercialmente, as pedras de cantaria eram vistas como bens e, desse modo, eram oferecidas em leilões particulares e comumente adquiridas por encomenda, via chamada aberta, pela Repartição de Obras Públicas, órgão cuja direção ficou a cargo do engenheiro francês Louis-Léger Vauthier no período de 1840 a 1846.

Segundo o próprio Vauthier, no entanto, como existia pedra adequada ao uso estrutural e ornamental no solo pernambucano brasileiro, a importação de pedras se dava em função da

> indiferença dos habitantes pela exploração das riquezas que o solo contém. Acrescente-se a isso um resto do velho costume imposto pela avidez portuguesa, que tendia a forçar a colônia a receber da mãe pátria uma enorme quantidade de coisas que poderia obter por si mesma. Assim, em muitos pontos, bastaria cavar o solo a alguns pés de profundidade para encontrar pedra, mas prefere-se encomendar portadas [...], que os navios portugueses trazem já talhadas (VAUTHIER, 2010, p. 284).

Ainda na mesma carta, ao se referir à importação de pedras de cantaria para a fachada do Theatro Municipal (mais tarde denominado Teatro de Santa Isabel) que ele mesmo projetara, Vauthier garante ao seu correspondente que "esforçou-se em vão por empregar pedra nacional, tendo, afinal, de ceder aos preconceitos locais e mandar vir do Porto a pedra necessária que, entre parênteses, chegou bastante maltalhada" (Ibidem).

Além da origem e da quantidade de pedras movimentadas, a Alfândega registrava os consignatários das cargas[10]. Seguindo o paradigma indiciário, pode-se supor que trilhar o caminho das pedras era, contraditoriamente, atividade pouco atraente, certamente em virtude da alta tributação. Vários indícios apontam para essa inferência, mas dois chamam a atenção: poucos importadores de pedras registraram atividade oficialmente e, em geral, não passavam mais que um ano trabalhando com esse produto[11]. Entre os consignatários das cargas de pedra de cantaria, chama particularmente a atenção os registros de importação feitos em nome de José Ramos de Oliveira[12], identificado pela historiografia não só como "hum dos mais ricos capitalistas de Pernambuco"[13], mas também como um dos maiores traficantes de cativos.

De forma resumida, esses dados possibilitam a demarcação, na linha do tempo (do século XVI para o século XIX), da passagem do uso da pedra calcária para a

[10] Esse registro passou a ser feito, no *Diario de Pernambuco*, a partir da edição de 2 de abril de 1842.
[11] Considerando que a importação de pedras rendia ao Império 50% de imposto, poucos importadores registraram a importação de pedras na Alfândega entre 2 de abril de 1842 e 12 de dezembro de 1849. Nas 39 cargas declaradas nesse período, identificam-se 21 consignatários.
[12] José Ramos de Oliveira consta como um dos maiores importadores de pedras de cantaria, registrando intensa atividade entre 29 de novembro de 1843 e 13 de janeiro de 1846. É provável que boa parte dessas pedras teve como destino o Teatro de Santa Isabel, do qual foi membro da comissão diretora das obras.
[13] DP, 7 de julho de 1846.

arenítica e desta para o lioz importado[14]. Logicamente, esse movimento foi contínuo e impreciso, pois a utilização de uma rocha em larga escala não anulou a utilização de outras. O fato é que, ao longo da primeira metade do século XIX, é evidente que o ofício da cantaria passou por intensa demanda, mas em 1846 já declinava, como constatou o deputado Carneiro da Cunha. Na seção da Assembleia Provincial do dia 13 de novembro daquele ano, seguiu na ordem do dia a continuidade da discussão a respeito do projeto nº 38, de sua autoria. O objetivo de tal empreitada era claro: solicitar ao presidente da província que concedesse ao senhor José da Maya o privilégio de introduzir e explorar por seis anos uma máquina de lavrar pedras movida por vento[15]. O projeto despertou calorosa discussão que se estendeu pela seção seguinte, quando o autor do projeto fez longa explanação defendendo-o das acusações feitas por opositores. Para justificar a importância da máquina, Carneiro da Cunha argumentou, entre outros pontos,

> que as pedras de cantaria chegavão aqui por alto preço [...] e estou persuadido também de que he limitadissimo numero de cantéos, altissimo os seus jornaes, que há falta deste genero, e que [...] o trabalho, que fazem os cantéos, he fatal á saúde dos mesmos, que dele se encarregão; isto ainda fica remediado pela machina[16].

Esse contexto, portanto, evidencia que, no final da primeira metade do século XIX o ofício da cantaria se encontrava em declínio. Tinoco (2012, p. 23) endossa

[14] Vauthier (2010, p. 285) observa que "essa pedra de Portugal, que incluindo o transporte, custa de 150 a 200 francos o metro cúbico, é um calcário de grãos compactos, entremeados de núcleos de contextura saponácea, de bela cor branca, ligeiramente rosada. É a isso que se deve em parte atribuir a preferência que lhe dão ainda no Norte do Império, em vez da pedra do país, que tem a cor acinzentada dos granitos e do grés. No entanto, este último, que se presta bem para a cantaria, não é feio e os holandeses, quando ocuparam o Norte do Brasil, da Bahia ao Maranhão, não o desprezavam. Subsiste ainda em numerosos edifícios daquela época em que o grés foi empregado por eles. Inclusive seu preço mais baixo faz com que tenha cada vez mais a preferência dos orçamentos modestos. Há, de fato, lugares onde pode ser obtido por 60 a 80 francos o metro cúbico, incluindo a talha; mas esses lugares são raros e os preços no Rio de Janeiro são mais altos".

[15] O início da discussão do projeto nº 38 foi publicado na edição do *Diario de Pernambuco* do dia 11 de novembro do 1846 e continuou na edição de 13 de novembro de 1846.

[16] Ibidem.

essa visão ao afirmar que, àquela altura, a pedra passava a ser preterida, gradativamente, por tijolos.

Segundo Araújo (2003), a arquitetura colonial pernambucana se destaca, entre outras coisas, pelo uso precoce do tijolo. No entanto, os tijolos utilizados já na primeira metade do século XIX eram,

> na maioria das vezes mal-elaborados; mal tiram a argila dos cascalhos mais grossos e a queima não é de modo algum satisfatória. A argila, porém, com que são fabricados é de tão boa qualidade que pode suportar cargas enormes e se presta a notáveis ousadias de construção (VAUTHIER, 2010, p. 282).

Ao estudar o ofício da construção nas cidades coloniais de Recife, Olinda e Igarassu, Araújo (2003) detalha os diferentes tipos de argamassa e alvenaria utilizadas nas obras, sendo a mais comum aquela cuja base era feita com a cal hidráulica. Em uma anotação do se diário íntimo, datada de 22 de novembro de 1840, Vauthier (2010, pp. 152–154) comenta que foi a Itamaracá visitar uma jazida de calcário e um forno de cal. Depois, na *Carta II*, ele comenta que chega a Pernambuco "de apenas algumas léguas ao norte uma excelente cal, ligeiramente hidráulica, que serve para as alvenarias internas e uma segunda espécie de cal, de brancura deslumbrante, que é empregada para os revestimentos internos e para as caiações dos rebocos externos" (Ibidem, p. 285). Foi essa argamassa de cal que Vauthier utilizou na fundação do teatro, associando-a a pó de tijolo, o que lhe rendeu, como de costume, algumas críticas[17].

Segundo Araújo (2003), essa argamassa era uma espécie de cimento hidráulico e seguir proporções rígidas. E o cimento, tal qual o conhecemos hoje, só viria a se vulgarizar na segunda metade do século XIX. Essa percepção é evidenciada, mais uma vez, na análise dos registros de importação publicados pela Alfândega no *Diario de Pernambuco*. Até 1846, recorte temporal estabelecido para este trabalho, apenas uma importação de cimento foi feita: uma carga consignada a Nicolao Otto Bieber, em 27 de agosto de 1842.

[17] DP, 4 de janeiro de 1848.

CONCLUSÃO

A intenção deste trabalho foi, portanto, mapear, ainda que resumidamente, o percurso percorrido pela cantaria no Recife da primeira metade do século XIX a partir de dados retirados do *Diario de Pernambuco* e do *Diário Novo*, sobretudo a partir de 1837, início do governo de Francisco do Rego Barros (1837–1844) como presidente da província, quando o mercado da construção civil experimentou intensa demanda. Nosso recorte temporal se encerrou no ano de 1846, quando uma discussão acalorada na assembleia provincial trouxe à tona o declínio do ofício. O objetivo foi, portanto, trazer subsídios para uma reflexão acerca da extinção do ofício, que foi tão densamente demandado nos primeiros anos da dominação portuguesa e teve seu apogeu durante o governo do barão da Boa Vista. Logicamente, não foi nossa intenção esgotar a discussão a respeito do tema, mas trazer à tona uma reflexão que ajudasse a historiografia a entender por que o ofício da cantaria, tão intensamente demandado nos primeiros anos da dominação portuguesa, teve seu auge e seu declínio na primeira metade do Oitocentos. Os dados levantados sugerem que, entre os pontos-chave desse percurso, havia uma preferência pelas pedras importadas de Lisboa, apesar de haver pedras disponíveis na província.

Ao coletar esses dados em fontes impressas, é possível (re)encontrar a multiplicidade das experiências. Conforme Farge (2009), os arquivos permitem ao pesquisador inferir as representações sociais e contraditórias por meio das quais os seres humanos constroem o mundo para além de como vontade de representação. De modo que a compreensão da história e das fontes de pesquisas dá lugar a uma tensão que não se pode ignorar, tensão essa que captamos nas fontes do *Diario de Pernambuco* e propomos as discussões.

Diante disso, o governo imperial impôs a taxa de 50% para pedras importadas, taxação abusiva que decerto contribuiu para a elevação do preço das pedras e dos jornais dos oficiais canteiros. Paralelamente a isso, verificamos que houve avanços nas técnicas construtivas, dando aos tijolos certo protagonismo em relação às pedras.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, Vela Lúcia Costa. **A identidade da beleza**: dicionário dos artistas e artífices do século XVI ao XIX em Pernambuco. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2008.

ALMEIDA, Frederico Farias Neves. **Manual de cantaria**. Brasília: Programa Monumenta/IPHAN, 2005.

ARAÚJO, Roberto Antônio Dantas de. **O ofício da construção na cidade colonial**: organização, materiais e técnicas (o caso pernambucano). Tese de doutorado. São Paulo: FAU, USP, 2003.

BARBOSA, Renata B. de Freitas. **Ser artífice na América Portuguesa**: trabalho e organização laboral no Recife setecentista. Dissertação de Mestrado em História Social. São Paulo: FFLCH, USP, 2015.

BLUTEAU, padre D. Raphael (1638-1734). **Diccionario da lingua portugueza composto pelo padre D. Rafael Bluteau, reformado, e accrescentado por Antonio de Moraes Silva natural do Rio de Janeiro**. Tomos I, 1789. Disponível em: http://www.brasiliana.usp.br/handle/1918/00299210#page/251/mode/1up. Acesso em 10 de julho de 2020.

CAVALCANTI, Vânia. **O patrimônio cultural, o ofício da cantaria e documento: o trabalho do mestre Hamilton Martins em Pernambuco (1991–2011)**. In: Seminário Latino-Americano Arquitetura e Documentação: Arquitetura e Documentação: desafios e perspectivas. Caderno de Resumos: Belo Horizonte, 2011. v. 1. pp. 362-364.

CORD, Marcelo Mac. **Andaimes, casacas, tijolos e livros**: uma associação de artífices no Recife, 1836-1880. Tese de doutorado. Campinas: Unicamp, 2009.

_____. **Antonio Benvenuto Cellini**: a trajetória de um escultor da escravidão à liberdade. 6º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional. Universidade Federal de Santa Catarina, 2013. Disponível em: https://labhstc.ufsc.br/files/2013/04/Marcelo-Mac-Cord-texto.pdf.

_____. **Artífices da cidadania**: mutualismo, educação e trabalho no Recife Oitocentista. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

_____. **O Rosário de D. Antônio**: irmandades negras, alianças e conflitos na história social do Recife, 1848-1872. Recife: Ed. UFPE, 2005.

DIARIO DE PERNAMBUCO. Disponível em: http://memoria.bn.br/DocReader/docmulti.aspx?bib=029033&pesq=. Acessado em: 5 out. 2020.

LIMA, Henrique Espada. Micro-história. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (orgs.). **Novos domínios da História**. São Paulo: Campus, 2012.

LLERA, Ramon Rodríguez. **Breve história da Arquitetura.** Lisboa: Estampa, 2006.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter (org.). **Escrita da História**: novas perspectivas. São Paulo: Editora Unesp, 1992, p. 40.

SILVA, Henrique Nelson da. **Trabalhadores de São José**: Artesãos do Recife no século XVIII. Dissertação de Mestrado. Recife: UFPE, 2010.

_____. **O paradoxo do trabalho**: O corporativismo artesanal e as trajetórias de vida dos oficiais mecânicos, século XVIII. Tese de doutorado. Recife: UFPE, 2018.

SILVA, Luiz Geraldo. **A faina, a festa e o rito**: uma etnografia histórica sobre as gentes do mar (sécs. XVII a XIX). Campinas: Papirus, 2001.

TINOCO, Jorge. Introdução. In: ZERBETTO, Andrea; TORRES, Rodrigo (orgs.). **Mestres artífices de Pernambuco**: Cadernos de Memória. v. 3. Brasília: Iphan, 2012.

TOLLENARE, Louis-François. **Notas dominicais**. Recife: Secretaria de Educação e Cultura, 1978.

VAUTHIER, Louis-Léger. Carta II. In: PONCIONI, Claudia. **Pontes e ideias**: Louis-Léger Vauthier, engenheiro francês fourierista. Recife: Cepe, 2010.

ZERBETTO, Andrea; TORRES, Rodrigo (orgs.). **Mestres artífices de Pernambuco**: Cadernos de Memória. v. 3. Brasília: Iphan, 2012.